

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº /2013 (do Sr. Marcos Rogério)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater as condições de tratamento oferecidas a pacientes com transtornos mentais em instituições psiquiátricas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater as condições de tratamento oferecidas a pacientes com transtornos mentais em instituições psiquiátricas, com a presença dos convidados listados a seguir:

- a) Representante do Ministério da Saúde
- b) Representante do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
- c) Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP
- d) Representante do Subcomitê de Prevenção da Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes das Nações Unidas (ONU)

Justificação

O sistema de saúde mental brasileiro encerra triste histórico de negligências e abusos, numa situação que, se já foi muito pior no passado, ainda merece atenção da sociedade e do Parlamento em especial. Infelizmente ainda não são raros os casos de tortura e outras formas de tratamento cruel ou desumano em instituições psiquiátricas brasileiras.

Se não bastasse o tratamento recebido pelos internos em instituições mal equipadas para lidar com esse grave problema de saúde pública, há também o problema da reinserção social daqueles que deixam as instituições após o tratamento.

Além da dificuldade que o reintegrando tem para se reinserir no mercado de trabalho, são comuns os casos de famílias que não querem voltar a conviver com os internos. Políticas públicas eficazes para ampliar a desospitalização são urgentes e necessárias.

Felizmente o paradigma da psiquiatria mudou muito. Embora eletrochoques e camisas-de-força continuem tendo algumas indicações, elas são cada vez mais limitadas. O advento de novos medicamentos e uma nova mentalidade clínica não só permitem como recomendam que a grande maioria dos pacientes psiquiátricos receba tratamento ambulatorial e leve uma vida tão normal quanto possível. Por vezes a internação será necessária, mas ela deve ser breve, apenas durante o surto.

É uma atitude que se afigura mais humana e também mais econômica. Os governos, em todas as instâncias, devem criar as condições para que a desospitalização dos pacientes psiquiátricos seja mais rápida. Além de programas como o De Volta para Casa, é preciso criar mais CAPs (Centros de Atenção Psicossocial) e ambulatórios de álcool e de drogas.

O Programa De Volta Para Casa é um programa de transferência de renda do Governo Federal, criado para prestar assistência, acompanhamento e integração social, fora da unidade hospitalar, a pacientes acometidos por transtornos mentais e com história de longa internação psiquiátrica.

O valor do benefício, que carece de ajuste, é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por mês, pago ao beneficiário ou ao seu representante legal

(acompanhado do beneficiário), com duração de 1 (um) ano. O prazo poderá ser renovado quando isso se mostrar importante para a reintegração social do paciente.

No plano jurídico, não há como deixar de reconhecer que a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, substituta da defasada legislação de 1934, representou grande avanço.

Contudo, a referida norma ainda carece de reparos, por conservar arcaísmos autoritários de discutível constitucionalidade, como a previsão de internação involuntária a critério médico. A Constituição Federal assevera que um civil só pode ser privado de sua liberdade na ocorrência de flagrante delito ou mediante ordem judicial. Estranhamente, esse princípio básico da Carta Magna não vale para aqueles sobre os quais pesa a suspeita de insanidade.

Entendemos que o governo deve melhorar muito as condições dos hospitais psiquiátricos brasileiros e preparar os internos para reinserção na sociedade. É fundamental dar condições aos internos para encorajamento mútuo em sua reabilitação, garantir apoio emocional a pacientes psiquiátricos, fomentar sua reentrada no mercado de trabalho e realizar campanhas informativas para erradicar o estigma associado à doença mental.

Tendo em vista o exposto, solicitamos aos nobres membros desta Comissão apoio para a realização dessa importante audiência pública.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

MARCOS ROGÉRIO

Deputado Federal (PDT-RO)